

**O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA**  
*THE VIEW OF A NEW PARADIGM AND NEW MODELS OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND RELATIONSHIPS WITH LIFE AND THE PLANET: THE NEED FOR AN ALTERNATIVE VISION*

**Edmilson de Jesus Ferreira**

Doutorando e Mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Bacharel em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Bacharel em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Minas Gerais - FAJE. Advogado. Professor das disciplinas de Introdução ao Pensamento Filosófico, Filosofia do Direito, Hermenêutica Jurídica, Ética Profissional, Filosofia, Ética e Tecnologia da Escola Superior Dom Helder Câmara. Minas Gerais (Brasil).  
E-mail: [edjfer@gmail.com](mailto:edjfer@gmail.com).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7073263103868600>.

**Sébastien Kiwonghi Bizawu**

Pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo *Ius Gentium Conimbrigae* - IGC/Universidade de Coimbra (Portugal). Doutor e Mestre em Direito Internacional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Pró-Reitor do Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara. Membro do Núcleo Docente Estruturante da Escola Superior Dom Helder Câmara. Minas Gerais (Brasil).  
E-mail: [sebak\\_07@hotmail.com](mailto:sebak_07@hotmail.com).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6761226562065950>.

Submissão: 08.05.2023.

Aprovação: 31.10.2023.

---

**RESUMO**

O presente artigo analisa a necessidade de um novo paradigma para as relações entre o ser humano e a natureza, a vida humana e a vida como um todo, tendo em vista as efetivas conservação e proteção do planeta, da vida e de todos os tipos de seres nele existentes, buscando-se a construção de uma comunidade biótica planetária assentada em uma ética da terra (*land ethic*). A partir de uma perspectiva de ecologia integral e sistêmica, propõe-se o paradigma do cuidado para melhor promover o meio ambiente equilibrado e saudável, preservá-lo, conservá-lo e defendê-lo, levando-se em conta toda a sua biodiversidade e seus ecossistemas. Utilizar-se-á o método hipotético-dedutivo e a pesquisa descritivo-qualitativa com base em levantamento bibliográfico e doutrinário. A pesquisa confirmou a necessidade de afirmação de uma nova cosmologia e de uma ecoantropologia que compreenda o ser humano como integrado à natureza, e não superior a ela, cujo compromisso deve ser de cuidado e responsabilidade para com ela e todo seu conjunto de relações, numa perspectiva de solidariedade e justiça intergeracionais; esforço coletivo para a construção de modelos de

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

desenvolvimento, visando superar a visão instrumental-econômica, utilitarista e individualista que se impõe sobre a natureza; desenvolvimento de uma ótica ecológica (bioótica) capaz de conduzir a uma ética ecológica (bioética), o que se coloca como um desafio e necessário compromisso das instâncias de construção de práticas e saber jurídicos; e, por fim, busca de uma nova ordem eco-cosmopolita, numa perspectiva consensual global em função da proteção da vida do e no planeta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecologia Integral; Cuidado; Consenso.

**ABSTRACT**

---

*This article analyzes the need for a new paradigm for the relationship between human beings and nature, human life and life as a whole, in view of the effective conservation and protection of the planet, life and all kinds of beings on it, seeking to build a planetary biotic community based on a land ethic. From an integral and systemic ecology perspective, a care paradigm is proposed to better promote a balanced and healthy environment, to preserve, conserve and defend it, taking into account all its biodiversity and their ecosystems. The hypothetical-deductive method and descriptive-qualitative research based on bibliographical and doctrinal research are used. Research confirmed the need for: affirmation of a new cosmology and an eco-anthropology that understands the human being as integrated to nature, and not superior to it, whose commitment must be of care and responsibility towards it and its entire set of relationships, in a perspective of inter-generational solidarity and justice; collective effort to build development models, aiming to overcome the instrumental-economic, utilitarian and individualist view that imposes itself on nature; development of an ecological perspective (biootics) capable of leading to an ecological ethics (bioethics), which poses a challenge and necessary commitment from instances of construction of legal practices and knowledge; and, finally, the search for a new eco-cosmopolitan order, in a global consensual perspective in terms of protecting life on and on the planet.*

**KEYWORDS:** Integral Ecology; Careful; Consensus.

---

## 1 INTRODUÇÃO

É inegável que a humanidade, em seu estágio atual e, com ela, seu *ethos*, enquanto espaço de moradia do ser e enquanto expressão sociocultural mapeadora e informadora de condutas, são portadores de uma carga axiológica marcada por ambiguidades e paradoxos estarrecedores. Ao mesmo tempo em que atinge altíssimo nível de desenvolvimento técnico-científico com tecnologias de ponta e grande capacidade de produção de bens e riqueza, alcança também, como efeito colateral praticamente na mesma proporção e em função da grande capacidade de intervenção na natureza, exploração e degradação socioambientais, bem como profunda desigualdade no que se refere a acesso a bens e serviços e a direitos humanos fundamentais.

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

A concepção econômica vigente com seus conceitos estruturantes como capital, mercado, desenvolvimento (crescimento), progresso, bem-estar, sistema de produção, assola a vida política, social, cultural e as relações humanas, bem como a natureza e praticamente todos os seus recursos. Há muito deixou-se de produzir ou intervir na natureza com intuito de gerar, desenvolver e partilhar a vida, distribuir renda, bens e serviços. Conceitos como igualdade, justiça, solidariedade, paz, apesar de serem midiaticamente reproduzidos de diversas formas e pelos mais variados motivos, têm tido pouca ressonância prática numa perspectiva macroplanetária. A utilização degradante dos recursos naturais, pautada por um viés predominantemente econômico, alimentada por um consumismo desenfreado, eleva sobremaneira os níveis de poluição atmosférica, visual, sonora etc., fazendo reverberar uma grave crise humano-ambiental em que a realidade ecológica e também os direitos fundamentais dos seres humanos e não humanos, como acesso às condições dignas de vida ou sobrevivência, vivem sob constante ameaça.

Diante desse quadro, faz-se urgente uma mudança na forma de concebermos a realidade ecológico-ambiental, com seus bens e recursos, bem como de buscar novas formas de relações humanas e dos seres humanos com a natureza. Isso exige a proposição de um novo modo de pensar a relação entre sociedade e meio ambiente. É preciso mudar a concepção para que se possa pensar uma ética ambiental que seja estruturada pela noção de cuidado, o qual se deve desdobrar em responsabilidade e efetivo desenvolvimento sustentável para além de uma perspectiva meramente midiática e marqueteira em torno desse conceito.

Outro aspecto que exige atenção redobrada é o atual conceito de desenvolvimento que, alavancado pelo avanço científico e pelo processo tecnológico, em sua voracidade produtiva e consumista, conduz ao esgotamento dos recursos naturais, comprometendo a vida do planeta e de todas as espécies que o compõem. Assim, resta patente que se deve repensar o processo antrópico e buscar formas de ação capazes de contribuir para a superação da crise socioambiental fruto de uma racionalidade instrumental que toma corpo numa indústria cultural que estimula produção e consumo exacerbados e, mormente, irresponsáveis.

Fica cada vez mais evidente a urgência de um despertar da consciência e de uma ação humana pautados pela noção de integração entre ser humano e natureza que seja marcada por uma interação saudável e por equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais e a satisfação das reais necessidades humanas. É preciso construir uma relação humano-ambiental numa perspectiva integral, cooperativa e associativa, pois ser humano e natureza são interdependentes: não é possível conceber o ser humano sem a natureza, tendo em vista ser

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

possível tirar o ser humano da natureza e a natureza do ser humano. Assim, necessita ser repensado a concepção que temos acerca da natureza, no intuito de superar um viés racional instrumental, objetificante e exploratório da natureza, fazendo sobressair, por meio de uma racionalidade complexa, ambiental, um novo saber, uma nova epistemologia transdisciplinar capaz de elevar a consciência e conduzir à verdadeira responsabilidade pela conservação da vida em todas as suas expressões.

É indiscutível que pensar a partir desse contexto conduz ao âmbito do Direito Ambiental, o qual desafia a construção de imperativos comportamentais e posturas mais responsáveis no que tange à interação como o meio ambiente em todos os seus aspectos. A exigência diz respeito ao estabelecimento de uma razão prática de ordem ambiental capaz de determinar o agir humano, a prática social e econômica na relação com o meio ambiente, o que passa pela busca de elementos que sejam minimamente universais ou universalizáveis, que possibilitem trilhar caminhos de superação do paradigma racionalista instrumental de vertente preponderantemente humanocêntrico e utilitarista com caráter individualista.

Assim, nesse artigo, além de uma análise crítica do paradigma racional moderno no capítulo 1, serão trabalhadas as noções de ecologia integral e ética ecossistêmica a partir da Encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco, no capítulo 2, de cuidado a partir da reflexão de Leonardo Boff, no capítulo 3 e consenso a partir das provocações de George Monbiot, no capítulo 4. A abordagem do trabalho foi de cunho qualitativo-explicativo e, do ponto de vista metodológico, desenvolvendo-se um raciocínio hipotético-dedutivo a partir da análise de pertinente bibliografia acerca do tema, documentos, além de conteúdos disponíveis na internet, revistas e periódicos. Quanto ao marco teórico deste estudo, como pontos de partida para a discussão e para dialogar com outras fontes, lançou-se mão da abordagem da encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco, do pensamento de Leonardo Boff acerca do conceito de cuidado e de George Monbiot acerca da noção de consenso mundial.

## **2 O PARADIGMA CIENTÍFICO MODERNO E SUA INFLUÊNCIA NAS RELAÇÕES HUMANAS E NA RELAÇÃO COM A NATUREZA**

Mostra-se indispensável, mesmo que de forma sucinta, uma reflexão acerca da construção da ciência moderna, suas origens e interpretações, tendo em vista que ela será determinante a respeito de alguns conceitos fundamentais como natureza, cultura, ciência, ética e meio ambiente.

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

A modernidade – *modernität* – consciência de si da época moderna – filosoficamente, iluminismo, ilustração do século XVIII, surge da conjugação de, pelo menos, dois fatores que surgem nesse contexto: o humanismo, que, de certa forma vai disseminar o espírito de tolerância, e o desenvolvimento da ciência moderna. Pode-se tomar por modernidade, iluminismo, aquele pensamento que caracterizou o século XVIII, baseado na crença do poder da razão, da ilustração, isto é, conhecimento – saber – e do progresso, gozando da liberdade de pensamento e preconizando a emancipação política, tendo como elementos caracterizadores principais: o humanismo, o espírito de tolerância, a ciência moderna, a racionalidade científica e o surgimento, de certa forma, do subjetivismo e do indivíduo como centro de expressão ética. Conforme destaca o professor Drawin (1998), a modernidade, o pensamento moderno, é inaugurado, no sentido estrito do termo, com a descoberta do “cogito” cartesiano e seu paradigma é o da subjetividade, ou seja, aquela filosofia que tomou “a certeza do sujeito como ponto de partida para um possível acesso cognitivo à realidade e para a construção da ciência concebida como um sistema de saber” (Drawin, 1998, p. 9).

Assim, a modernidade é a realização de um programa civilizatório cujo fundamento filosófico encontra-se na descoberta da subjetividade e cuja expressão ética encontra-se na primazia do indivíduo. Assim, há uma imbricada relação entre o surgimento da ciência moderna e a descoberta da subjetividade humana e vice-versa. Não resta dúvida de que essa concepção científico-moderna com expressão na categoria de subjetividade e, conseqüentemente, numa perspectiva antropocêntrica, é a marca prevalente ainda na contemporaneidade com repercussões que se espraiam por diversas áreas de conhecimento, da vida e da natureza, sobretudo, na atualidade, no contexto das questões ambientais. Nesse sentido, ainda que se viva atualmente sob os auspícios de um enorme e veloz avanço científico e tecnológico como herança da modernidade, não é possível afirmar um verdadeiro desenvolvimento, tendo em vista a predominância de um viés economicista que suplanta aspectos sociais, culturais e, sobretudo, ambientais, o que tem sua raiz na negação da subjetividade da natureza em função da afirmação da subjetividade exclusivamente humana. Com isso a natureza e demais seres não humanos passaram a ser considerados apenas sob uma perspectiva objetificante, sem valor intrínseco, sendo, portanto, esvaziados de sentido próprio.

Tendo em vista a grave crise civilizacional de caráter socioambiental e a insuficiência do modelo atual de desenvolvimento econômico para enfrentá-la em suas manifestações como desigualdade, miséria, exploração degradante do meio ambiente e recursos naturais, impactos ambientais significativos – poluição, aquecimento global etc. –, urge buscar também uma

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

filosofia da natureza, na qual se pense o ser humano como membro integrante e não como senhor da mesma. Assim, é crucial a pergunta pelo lugar do ser humano na natureza, à qual se pode responder a partir de pelo menos três leituras: reducionismo para o qual o ser humano não se distingue dos demais seres; isolacionismo em que o ser humano se encontra isolado na natureza pela sua especificidade; ou inserção, a qual vê o ser humano como integrado, parte da natureza, do universo. Trata-se de uma interdependência entre entidades que compõem a comunidade biótica.

Essa última parece ser a melhor tese, pois permite pensar uma relação de harmonia entre a espécie humana e a natureza como um todo, não traçando um caminho de oposição e muito menos de sobreposição daquela sobre esta. É necessário, assim, buscar uma via de superação das visões antagônicas do antropocentrismo e ecocentrismo. A realidade atual tem demonstrado que nem o projeto antropocêntrico nem o ecocêntrico, porque mutuamente excludentes, têm sido capazes de responder adequada e satisfatoriamente à grande crise socioambiental mundial. Dessa forma, este artigo, busca trazer algumas ideias inspiradoras para se repensar essa relação humana com a natureza que tem sido, na maior parte das vezes, antropicamente degradante.

### **3 VISLUMBRES DE UM NOVO PARADIGMA DE SALVAGUARDA DA VIDA E DO PLANETA: ECOLOGIA INTEGRAL E ÉTICA ECOSISTÊMICA**

Nesse contexto de buscar novos horizontes inspiradores para uma mudança de ótica e conseqüentemente ética em função do estabelecimento de relação mais harmônica e sustentável com a natureza, apresenta-se a seguir algumas ideias que podem servir de *leitmotiv* (motivo condutor) para que se possa caminhar na direção de maior consciência e proteção socioambientais, cujo destaque se dá a um modo de vida sustentável.

As noções de Ecologia Integral e Ética Ecosistêmica são apresentadas de forma bastante pertinente na encíclica *Laudato Si*, (2015), do Papa Francisco, que, numa visão interdisciplinar, trata de questões relativas à ética para com a vida, englobando todos os seres, a terra e os recursos naturais de um modo geral, bem como aborda muitos conceitos e ideias da ciência contemporânea. Conforme Capra (2020), o pando de fundo que permeia a encíclica, numa perspectiva científica atual, é uma concepção unificadora, que integra as dimensões biológica, cognitiva, social e ecológica da vida, o que representa um significativo avanço para a passagem de uma visão do mundo como máquina a uma compreensão do

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

mesmo como rede. Enfim, num viés sistêmico, como novo modo de pensar, baseado em conexões, relações, padrões e contextos. No contexto científico é o que se denomina de “pensamento sistêmico”, sendo essencial para a compreensão do funcionamento de qualquer sistema vivo, seja ele um organismo, um sistema social ou um ecossistema. Além disso, conforme o referido autor, o documento expressa uma noção de ética, cuja base dialoga com a ecologia profunda, linha filosófica criada por Arne Naess na década de 1970.

O subtítulo da encíclica “Sobre o Cuidado da Casa Comum” recupera uma noção importante acerca da Terra como “casa”. Essa noção tem raiz na palavra grega *oikos*, que etimologicamente designa a noção de “morada”, espaço social comum, e também dá origem à palavra ecologia, cujo significado é bastante rico tratando das relações entre os seres vivos e o meio ambiente onde vivem e das influências recíprocas entre eles. Em síntese, é uma epistemologia das relações mútuas entre seres vivos e meio ambiente. Nesse âmbito das relações entre seres vivos e natureza, é importante destacar a necessidade de se repensar o lugar do ser humano. Na perspectiva da encíclica do Papa Francisco, o ser humano pode ser compreendido como guardião da criação, superando-se uma interpretação equivocada que talvez tenha, por algum motivo não muito claro, prevalecido por muitos séculos, colocando-o numa posição de dominação sobre a natureza e sobre as demais espécies, com condão de submetê-las a seus interesses.

Nesse ínterim, em diversas passagens da encíclica, pontua Francisco:

5. O progresso humano autêntico possui um carácter moral e pressupõe o pleno respeito pela pessoa humana, mas deve prestar atenção também ao mundo natural e “levar em conta a natureza de cada ser e as ligações mútuas entre todos, num sistema ordenado”.

95. O meio ambiente é um bem coletivo, patrimônio de toda a humanidade e responsabilidade de todos. Quem possui uma parte da natureza a possui apenas para administrá-la em benefício de todos.

156. A ecologia integral é inseparável da noção de bem comum, princípio este que desempenha um papel central e unificador na ética social.

157. Toda a sociedade – e, nela, especialmente o Estado – tem obrigação de defender e promover o bem comum.

Destaca a visão da ecologia integral, relacionando-a estreitamente à noção de bem comum como princípio central e unificador no contexto de uma ética socioambiental. Insta à superação da visão de que as diferentes espécies são apenas “recursos” exploráveis. É preciso reconhecer que possuem um valor em si mesmas. Na perspectiva do documento, todas as criaturas estão interligadas e necessitam umas das outras.

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

3.1 JUSTIÇA INTERGERACIONAL E CONSCIÊNCIA BIÓTICA E BIOÉTICA

Francisco não deixa ainda de abordar o respeito pelas gerações futuras, considerando que estão englobadas na noção de bem comum. Veja-se:

159. [...] Já não se pode falar de desenvolvimento sustentável sem uma solidariedade intergeracional [...] Não estamos falando de uma atitude opcional, mas de uma questão essencial de justiça, pois a terra que recebemos pertence também àqueles que ainda estão por vir.

162. A dificuldade em levar a sério este desafio tem a ver com uma deterioração ética e cultural, que acompanha a deterioração ecológica.

Ressalte-se aqui um pertinente alerta acerca da necessidade de se repensar a questão ética que se encontra deteriorada por trás de toda forma de exploração irresponsável e consequente degradação ambiental, afetando-se tanto a geração presente como futura. O papa trata, portanto, de uma justiça intergeracional como elemento fundamental de uma ética socioambiental necessária à preservação da vida em todas as suas nuances. Na esteira dessa visão ecológica, o Papa chama a atenção para os princípios éticos contidos na Carta da Terra, no sentido de serem fundamentais na construção de um mundo justo, sustentável e pacífico. Destaca que a Carta da Terra é uma importante fonte de inspiração para todos. Pontua ele:

207. A Carta da Terra convidava-nos, a todos, a começar de novo deixando para trás uma etapa de autodestruição, mas ainda não desenvolvemos uma consciência universal que torne isso possível. Por isso, atrevo-me a propor de novo aquele considerável desafio: ‘Como nunca antes na história, o destino comum obriga-nos a procurar um novo início [...] Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência diante da vida, pelo firme compromisso de alcançar a sustentabilidade, a intensificação dos esforços pela justiça e pela paz e a alegre celebração da vida’.

A alusão a um novo início e ao despertar de uma nova reverência diante da vida é mais que convite, é uma verdadeira convocação, à humanidade a encarar de frente todas as mazelas contra a comunidade biótica e ao mesmo despertar do pesadelo paradigmático econômico instrumental que assola tanto as vidas humanas como as demais espécies e recursos naturais do planeta. Já vai muitíssimo tarde esse despertar de uma consciência biótica e bioética. Nessa direção já apontava Boff (2011), pontuando que o grande mérito da Carta da Terra é colocar como eixo articulador a categoria da *inter-retro-relação* de tudo com tudo. Isso enfatiza o fato de que há um destino comum da Terra e da humanidade e de que formamos uma grande comunidade terrenal e cósmica. Uma nova visão cosmológica, bem como uma visão holística,

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

são elementos essenciais que subjazem ao texto da Carta. No preâmbulo está contida a concepção de que a Terra é um organismo vivo e forma, com a humanidade, parte de um vasto universo em evolução. Assim, destaca Boff:

Temos o dever sagrado de assegurar a vitalidade, a diversidade, a integridade e a beleza de nossa Casa Comum. Para isso precisamos refazer uma nova aliança com a Terra e refundar um novo pacto social de responsabilidade entre todos os humanos, radicado numa dimensão espiritual de reverência face ao mistério da existência, de gratidão pelo presente da vida e de humildade diante do lugar que o ser humano ocupa no conjunto dos seres. (2011, p. 19)

A Carta da Terra, conforme Boff (2011), é composta de 16 princípios para uma nova ética mundial, articulados em quatro grandes eixos: 1) Respeitar e cuidar da comunidade da vida: conjunto de princípios que reconhece a interligação e interdependência, que resguardam a construção de sociedades democráticas, justas, e a promoção da justiça social e econômica para o presente e futuro; 2) Integridade ecológica: princípios que visam à proteção, restauração, controle e prevenção de danos ao Meio Ambiente em todas as suas nuances; 3) Justiça social e econômica: princípios relacionadas à erradicação da pobreza, distribuição justa, equitativa de renda, dos direitos à saúde, educação, combate a todo e qualquer tipo de discriminação; 4) Democracia, não violência e paz: promoção de uma cultura de tolerância, não violência e paz, eliminação da corrupção tanto em âmbito público como privado, tratar com respeito e consideração todos os seres vivos, eliminar armas nucleares, biológicas, tóxicas e todo tipo de ameaça de destruição em massa. Destaca o autor que “se essa Carta da Terra for universalmente assumida, mudará o estado de consciência da humanidade” (Boff, 2011, p.22). Ela manifesta praticamente todas as possibilidades de uma relação capaz de deixar prevalecer a vida *na* e *da* Terra-mãe. Como apontado no início desse tópico, uma visão de integralidade ecológica perpassa todo o documento, enfatizando a interdependência entre questões ambientais e sociais, levando em consideração o respeito às culturas locais e indígenas. Veja-se:

49. não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres.

143. Além do patrimônio natural, encontra-se igualmente ameaçado o patrimônio histórico, artístico e cultural (...). Por isso, a ecologia envolve também o cuidado com as riquezas culturais da humanidade, no seu sentido mais amplo.

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

146. Nesse sentido, é indispensável prestar atenção especial às comunidades aborígenes com as suas tradições culturais. Não são apenas uma minoria entre outras, mas devem tornar-se os principais interlocutores, especialmente quando se avança com grandes projetos que afetam os seus espaços.

Vê-se, portanto, que o caminho a ser percorrido vai-se delineando como um entrelaçamento de realidades humanas, sociais, culturais e, especialmente, naturais.

### 3.2 O PENSAMENTO E O SABER FRENTE À COMPLEXIDADE AMBIENTAL

No sentido de buscar novas trilhas para se responder às questões socioambientais, chama a atenção Enrique Leff:

[...] a solução da crise ambiental – crise global e planetária – não poderá dar-se somente pela vida de uma gestão racional da natureza e do risco de mudança global. A crise ambiental nos leva a interrogar o conhecimento do mundo, a questionar esse projeto epistemológico que buscou a unidade, a uniformidade e a homogeneidade; esse projeto que anuncia um futuro comum, negando o limite, o tempo, a história; a diferença, a diversidade a outridade. A crise ambiental é um questionamento sobre a natureza da natureza e do ser no mundo, da linha do tempo e a entropia como leis da matéria e da vida, desde a morte como *lei-limite* na cultura, que constituem a ordem simbólica, do poder e do saber. (2003, p. 20)

Essa é uma constatação muito perspicaz, tendo em vista expressar, talvez, a grande causa motora de toda a crise socioambiental no mundo, pois seu fundamento está no modelo de racionalidade e de epistemologia predominantes na cultura moderna e contemporânea. Diante de tal constatação, o autor destaca que o caminho deve passar pelo desenvolvimento de uma racionalidade complexa ou de um pensamento complexo que, em sua capacidade expansiva, consiga reconhecer a diferença e a outridade e firmar-se como instância dialógica entre uma diversidade de possibilidades de saberes. Assim, no que tange a aprender a aprender a complexidade, entre outros princípios apresentados por Leff, destacamos os seguintes:

O pensamento complexo não é somente interdisciplinaridade, mas diálogo de saberes que não saldaram suas diferenças em uma racionalidade comunicativa. Implica convivência com o outro, que não é internalizável (neutralizável) *em si próprio*. É ser em e com absolutamente outro, que aparece como criatividade, alteridade e transcendência, que não é completude do ser, reintegração do ambiente, nem re-totalização da história, mas pulsão da vida, fecundidade do ser no tempo.

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

A complexidade ambiental se constrói e se aprende em processo dialógico, no intercâmbio de saberes, na hibridação da ciência, a tecnologia e os saberes populares. É o reconhecimento da outridade e de sentidos culturais diferenciados, não somente como uma ética, mas como uma ontologia do ser, plural e diverso.

[...] A complexidade ambiental configura uma globalidade alternativa, como um mosaico de diferenças, como confluência e convivência de mundos de vida em permanente processo de hibridação e diferenciação. (Leff, 2003, p. 60-61).

Esses três princípios ilustram muito bem a noção de um pensamento ou saber ambiental complexo, que não se trata de mera relação interdisciplinar entre realidades epistemológicas diferentes, mas de uma relação qualitativa no sentido de efetivo diálogo e reconhecimento uma da outra, num processo de integração de diferenças e não de assimilação de uma pela outra, o que acabaria por neutralizar e até mesmo eliminar uma delas. Assim, essa proposta de Leff (2003) segue a mesma direção da ecologia integral proposta pelo Papa Francisco no sentido de integrar dimensões diversas de conhecimentos: biológica, cognitiva, social, espiritual e ecológica. Nessa linha de raciocínio, para solucionar nossos maiores problemas globais será necessária uma nova forma de pensar que pressupõe o pensamento baseado em conexões e relações. Edgar Morin, numa perspectiva de era planetária, considera o seguinte:

Daí nasce a esperança de destacar um problema vital por excelência que subordinaria os demais problemas vitais. Mas *este problema vital* é constituído pelo conjunto de problemas vitais, ou seja, a intersolidariedade complexa de problemas, antagonismos, crises, processos descontrolados. O problema planetário é um todo que se nutre de ingredientes múltiplos, conflitivos, nascidos de crises; ele engloba-os, ultrapassa-os e nutre-os de volta. (Morin, 2011, p. 56)

Não há dúvidas de que a crise socioambiental é um problema vital por excelência, tendo em vista que aglutina diversos problemas de ordem humana, cultural, ética, social, política, econômica e ambiental, bem como, em função de sua nocividade, pode funcionar como um gatilho para direcionar a busca de modelos alternativos no que se refere a organização sociopolítica e econômica de toda a comunidade mundial.

Este aspecto não passa despercebido na encíclica. Assim afirma Francisco: “os problemas do mundo não se podem analisar nem explicar de forma isolada (§ 61. p. 49); “não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental” (§ 139, p. 114). Aqui se destaca, então, a necessidade de se encontrar soluções sistêmicas. Nos parágrafos 20 e 111, há uma crítica contundente à ingênua crença de

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

que a tecnologia possa ser a única solução dos problemas. Afirma o Papa: “Buscar apenas um remédio técnico para cada problema ambiental que aparece é isolar coisas que, na realidade, estão interligadas e esconder os problemas verdadeiros e mais profundos do sistema mundial” (§ 111, p. 92).

Destaca ainda que a fragmentação do saber, no fim das contas, impede a descoberta de caminhos adequados para resolver os problemas mais complexos do mundo atual, sobretudo os do meio ambiente e da pobreza, os quais não se podem enfrentar a partir de uma única perspectiva nem de um único tipo de interesses. Segundo o Papa, a consciência da complexidade da crise ecológica e suas causas, leva ao reconhecimento de que as soluções não podem vir de uma única maneira de interpretar e transformar a realidade e, por isso, é necessário recorrer também às diversas riquezas culturais dos povos, à arte e à poesia, à vida interior e à espiritualidade.

A crítica também se estende à incoerência da noção de crescimento ilimitado que predomina no modelo de produção capitalista e desenvolvimento atuais, movidos pelo consumismo exacerbado em escala mundial. A noção de crescimento ilimitado entra em choque total com a realidade da finitude do planeta e seus recursos e, portanto, na compreensão do Pontífice, constitui-se numa mentira sobre a disponibilidade infinita dos recursos do planeta, que leva a “espremê-lo” até além dos seus limites (§ 106, p. 88). O grande desafio é sair desse sistema econômico para outro estruturado numa economia sustentável e que seja socioambientalmente justo, pautando-se, inclusive por certo decréscimo do consumo. Assim, estimula uma economia baseada na ecologia integral e nos ciclos naturais da comunidade biótica.

### 3.3 O CAMINHO DO CONSENSO, A BUSCA DE NOVOS MODELOS ECONÔMICOS E O COMBATE À CORRUPÇÃO: TRILHAS NECESSÁRIAS A SEREM PERCORRIDAS

Numa perspectiva global, o Papa desafia a se chegar a um consenso no sentido de se agir efetivamente no enfrentamento da crise socioambiental. Expressa o Papa:

[...] enfrentar os problemas a fundo, que não se podem resolver com ações de países isolados, torna-se indispensável um consenso mundial que leve, por exemplo, a programar uma agricultura sustentável e diversificada, desenvolver formas de energia renováveis e pouco poluidoras, fomentar uma maior eficiência energética, promover uma gestão mais adequada dos recursos florestais e marinhos, garantir a todos o acesso à água potável (§ 164, p. 134).

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

Em termos práticos sobressaem as ideias de uma agricultura sustentável e diversificada, busca e desenvolvimento de energias renováveis, mais eficientes e pouco poluidoras, bem como gestão adequada de recursos naturais. São propostas pertinentes factíveis, mas que exigem certamente posturas políticas proativas ambientalmente em âmbito internacional, o que, na concepção do Papa, se trata de artigo raro, diante da falta de lideranças capazes de provocar o diálogo e esse possível consenso. Basta analisar as recentes reuniões de cúpulas, como a COP 21, por exemplo, para se ter certeza dessa profunda carência de lideranças e de compromissos político-ambientais com repercussão local e global. Esse problema se agrava ainda mais diante do fenômeno da corrupção no âmbito político em escala também global. Na concepção do Papa, ela é uma das principais culpadas por essa fraqueza da reação política internacional. Veja-se:

A submissão da política à tecnologia e às finanças demonstra-se na falência das cúpulas mundiais com relação ao meio ambiente. Há demasiados interesses particulares e, com muita facilidade, o interesse econômico chega a prevalecer sobre o bem comum e manipular a informação para não ver afetados os seus projetos (§ 54, p. 44).

Inegável tal constatação no contexto atual em que o poder econômico dá as cartas do jogo. A gestão política no geral fica comprometida e, conseqüentemente, as políticas públicas e a gestão ambiental ficam à mercê de interesses mormente privados, acirrando ainda mais o que o Papa considera degradações humanas, sociais e ambientais. Complementado, afirma ele:

A previsão do impacto ambiental dos empreendimentos e projetos requer processos políticos transparentes e sujeitos a diálogo, enquanto a corrupção, que esconde o verdadeiro impacto ambiental de um projeto em troca de favores, frequentemente leva a acordos ambíguos que fogem ao dever de informar e a um debate profundo (§ 182, p. 146).

Diante de problemas de tamanha complexidade e da necessidade de se desenvolver políticas sociais e ambientais adequadas, a sociedade é desafiada a rever suas posturas e a se engajar mais efetivamente nos processos de controle político, o que, segundo o Papa, só é possível mediante pressão que pode ser exercida por diversos setores, movimentos sociais, organismos não governamentais, associações, pois “se os cidadãos não controlam o poder político – nacional, regional e municipal –, também não é possível combater os danos ambientais”. (§ 179, p. 144). Nesse sentido, não há mudança sem que a comunidade exerça seu poder de pressão e de controle político em todos os aspectos governamentais. Essa postura coletiva é, sem dúvida, uma exigência do cuidado a que o poder público, bem como toda a

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

sociedade são convocados a praticar, conforme preceitua a segunda parte do caput do art. 225 da Constituição Federal de 1988, impondo-se ao Poder Público e à Coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, para as presentes e futuras gerações. É, portanto, um dever político, econômico e ético de todos.

**4 O PARADIGMA DO CUIDADO: UMA PROPOSTA DE ÉTICA MÍNIMA PARA  
UMA COMUNIDADE BIÓTICA PLANETÁRIA**

Segundo Leonardo Boff,

[...] sempre que irrompe uma crise grave na sociedade e nas religiões, é a espiritualidade e a ética que são imediatamente afetadas. E com razão, porque é a espiritualidade que trabalha o sentido mais profundo da vida e é a ética que, concretamente, orienta as práticas pessoais e sociais. [...] A crise começa a ser superada quando lentamente se anuncia uma nova experiência de sentido, fruto de um mergulho mais profundo no Ser e no mistério das coisas. É então que nasce uma nova espiritualidade. Ela redefine a direção do caminho, ressitua a missão do ser humano no conjunto dos seres e rasga um novo horizonte de esperança. (Boff, 2011, p. 7).

Assaz pertinentes são essas colocações, uma vez que não há outros caminhos para o ser humano se recompor da extrema fragmentação a que foi levado pelo paradigma sócio-cultural-ambiental até agora predominante. Interessante perceber o fio comum da reflexão de Morin e Boff, no sentido de que o ser humano necessita se reencontrar, ressituar-se no contexto global, complexo, dinâmico, multidimensional, e sobretudo, cosmológico atual. Neste sentido, os dois caminhos apontados, ética e espiritualidade, são dimensões humanas que “contemplam o todo, possuem uma dimensão planetária e são desafiadas a construir consensos mínimos que possam valer para a diversidade das histórias, das culturas e dos caminhos espirituais” (Boff, 2011, p. 8). Assim, continua Boff, “Devemos nos educar para convivemos pacificamente dentro dela (a Terra, nossa casa comum) com uma ética da austeridade compartilhada, com um consumo solidário e com um sentido de corresponsabilidade coletiva pelo futuro da humanidade e da Terra”. (2011, p. 8).

Dentro dos limites deste trabalho, não entraremos na seara de definições conceituais acerca do que seja ética, basta-nos a compreensão de que este conceito responde à pergunta *o que significa agir humanamente?* Isto nos dá a noção básica de que a ética é um conjunto de valores e princípios que se dirigem a todos como forma de orientação do comportamento e agir humanos. Nesse sentido, Boff destaca que viver humanamente implica quatro princípios

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

básicos: a) realização da regra de ouro *não faças ao outro o que não queres que te façam a ti* ou, dito de outra forma, *faze ao outro o que queres que te façam a ti* (Mt 7,12); b) o exercício do *cuidado*, como fundamental para a humanidade; c) a prática da solidariedade universal; podendo ser compreendida como *compaixão*, “ter a mesma paixão que o outro, alegrar-se com o outro, sofrer com o outro para que nunca se sinta só em seu sofrimento, construir juntos algo bom para todos” (Boff, 2011, p. 11), incluindo-se, nesse aspecto, a própria natureza como outro; d) a capacidade e a vontade de perdoar, considerando que todos são falíveis e, portanto, o perdão é essencial à vida humana, não deixando que o erro e o ódio tenham a última palavra.

A partir desta compreensão da ética, Boff procura desenvolver a concepção de uma ética planetária, como forma de salvar a Terra. É uma tentativa de chegar a um denominador ético comum, capaz de congregar a civilização humana, em processo de mundialização. Nesse contexto, Boff (2011, p. 14) destaca que o melhor ensaio sobre uma ética mundial até agora proposto é a Carta da Terra<sup>1</sup>, a qual “[...] representa a cristalização bem-sucedida da nova consciência ecológica e planetária, fundadora de um novo paradigma civilizatório”, pois “parte de uma visão ética integradora e holística”. Pontua ele, que seus formuladores acreditam que ela “será utilizada como um código universal de conduta para guiar os povos e as nações na direção de um futuro sustentável” (Boff, 2011, p. 15). Leonardo Boff destaca que

[...] a Carta da Terra propõe uma nova ótica que dá origem a uma nova ética. A nova ótica é entender as inter-retro-conexões de tudo com tudo, pois ‘nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados e juntos podemos forjar soluções includentes’ (Preâmbulo, Desafios Futuros). E a nova ética, coerente com a nova ótica, funda-se nas quatro energias criadoras da realidade humana ecologicamente sadia, chamadas de princípios que são: I. Respeitar e cuidar da comunidade da

---

<sup>1</sup> A Carta da Terra surgiu de um nicho de pensamento no seio da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir da década de 1970, surgiu de forma mais explícita a preocupação em torno de problemas ambientais e, com isso, a consciência de que o meio ambiente deve constituir a preocupação central da humanidade no contexto concreto de todos os problemas. Assim, na esteira desse pensamento foram publicados documentos importantíssimos como a Carta Mundial para a Natureza (1982), a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU propunha o moto “desenvolvimento sustentável” como aspecto essencial para a reflexão em torno do conceito de desenvolvimento e meio ambiente. Desse contexto, surge a sugestão de se pensar uma Carta da Terra, que regulasse as relações entre os dois referidos campos. Em 1992, na Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, foi elaborada a primeira proposta de texto. Entretanto, não houve consenso, sendo, assim, adotada a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Com a adesão das Organizações não Governamentais internacionais Cruz Verde Internacional e o Conselho da Terra, com apoio do governo holandês, houve impulso no escopo de se chegar a uma Carta da Terra definitiva. Em 1995 foi criada uma Comissão da Carta da Terra para realizar uma consulta mundial a fim de se chegar a um esboço final. Em 1997, a comissão apresentou um primeiro esboço. Depois de ampla discussão em nível internacional, de 1998 a 1999, chegou-se ao segundo esboço. De 12 a 14 de março de 2000, na UNESCO, em Paris, incorporaram-se as últimas contribuições e ratificou-se a Carta da Terra. Cf. Boff, 2011, pp.15-18).

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

vida. II. Integridade ecológica. III. Justiça social e econômica. IV. Democracia, não violência e paz. (Boff 2011, p. 27).

Boff vê na Carta da Terra uma profunda inspiração apontando caminhos para a humanidade salvar-se da auto extinção em massa por meio da morte do planeta. Afinal, “o cenário é de crise, não de tragédia” (Boff, 2011, p. 31), por isso, somente uma nova visão ética robustecida pela dimensão do cuidado como atitude fundamental, essencial ao ser humano, pode fazer a revolução paradigmática, fazendo renascer no universo a vida em toda a sua plenitude, não apenas quanto à espécie humana, mas a toda e qualquer forma de vida e de ser.

Na interpretação de Boff (2011), o cuidado é o supremo valor que pode salvar o sistema da vida, da humanidade e da Terra e na Carta da Terra é apresentado como modo de vida sustentável. É possível perceber nessa concepção um elemento qualificador e enriquecedor da noção de sustentabilidade tão desgastada pelo mau uso ao longo do tempo, servindo no mais das vezes como conteúdo de cunho propagandístico com intuito de melhorar a imagem de agentes particulares ou públicos, físicos ou jurídicos, causadores de degradação e danos ao meio ambiente. O cuidado, como modo de vida sustentável apontado na Carta da Terra, traz em seu bojo uma relação de proximidade, integração, harmonia e responsabilidade na relação do ser humano com o planeta.

Dentre os aspectos principais da Carta, pode-se destacar a superação de um conceito fechado de desenvolvimento sustentável, configurando-se mesmo numa crítica ao referido conceito, que na prática se torna praticamente inexecutável. A Carta da Terra manteve em seu texto apenas a categoria *sustentabilidade*, como fundamento para o sistema-vida e o sistema-Terra. “Mais do que buscar um desenvolvimento sustentável, importa construir uma vida sustentável, uma sociedade sustentável e uma Terra sustentável” (Boff, 2011, p. 24). Um outro aspecto a ser ressaltado é o da *ética do cuidado*, que pode ser tido como o valor principal de uma ética ecológica-social-espiritual. Envolve os processos vitais de manutenção e reprodução da vida bem como sua construção social. A Carta da Terra, na verdade, propõe uma nova ótica, entendendo-se as inter-retro-conexões de tudo com tudo, em vista de uma nova ética. Ela manifesta em seus quatro eixos a possibilidade de estabelecimento de “um modelo de vida sustentável”. Assim, afirma categoricamente Boff:

O supremo valor atual, aquele que deve salvar o sistema da vida, da humanidade e da Terra, vem sob o signo do cuidado. Ele representa o novo sonho coletivo da humanidade. A Carta da Terra lhe deu um nome: modo

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

de vida sustentável. [...] Ele supõe uma outra forma de conceber o futuro comum da Terra e da humanidade e, por isso, demanda uma verdadeira revolução nas mentes e nos corações, nos valores e nos hábitos, nas formas de produção e de relacionamento com a natureza. Supõe entender ‘a humanidade parte de um vasto universo em evolução’ e a ‘Terra como nosso lar e viva’; supõe também viver ‘o espírito de parentesco com toda a vida’ e assumir ‘a responsabilidade pelo presente e pelo futuro do bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos’, cuidando em utilizar racionalmente os bens escassos da natureza para não prejudicar o capital natural nem as gerações futuras que também têm direito a uma qualidade de vida boa e a instituições minimamente justas, sempre ‘voltadas primariamente a ser mais do que a ter mais’ e vivendo, “com reverência, o mistério da existência; com gratidão, o dom da vida; e, com humildade, o nosso lugar na natureza’. (2011, p. 28).

Essa lúcida reflexão ressoa como um verdadeiro projeto de vida sustentável, tanto no âmbito pessoal, individual, como coletivo, planetariamente comunitário. No entanto, esse modo de vida sustentável requer um ser humano diferente, integrado, restabelecido na sua totalidade cósmica, biológica, física, humana, espiritual, social, cultural, política e ética. É preciso que o ser humano se reconheça, sobretudo, como ser inter-retro-conexo com tudo, com todo o universo, sem manter o velho paradigma da dominação, do distanciamento que o legitima a intervir inconsequente e irresponsavelmente no Universo e sua estrutura cósmica. Nesse sentido, é mais que necessário compreender a Terra como organismo vivo e, por isso, padecente, vez que tem sofrido e suportado todo tipo de exploração nociva, degradante e mutilante de seus órgãos vitais: flora, fauna, ar, água, solo, espaço e outros recursos necessários à sua vida e à da espécie humana.

Diante da grande incerteza quanto ao futuro da humanidade e da Terra, diante do cenário de profunda crise, como apontou Morin, é preciso haver uma decisão ética e política no intuito de construir um futuro pautado por um novo modo de vida sustentável, vivendo, como elucida a Carta da Terra, com um sentido de responsabilidade universal. Destaca Boff, trazendo uma conceituação muito interessante de sustentabilidade:

Cuidado e sustentabilidade são, ao nosso ver, as categorias centrais do novo paradigma planetário e os dois princípios capazes de viabilizar uma sociedade globalizada e possibilitar um desenvolvimento que satisfaça as necessidades humanas e dos demais seres da comunidade biótica e, ao mesmo tempo, preserve a integridade, a beleza e a capacidade de regeneração da natureza com seus recursos, em vista também das gerações que virão depois de nós. Esse é o entendimento do que seja sustentabilidade. (Boff, 2011, p. 33).

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

Analisando uma fábula do cuidado, pontua Boff que o cuidado é verdadeira essência do ser humano, elemento intrínseco a ele, sem o qual nem mesmo existiria. O cuidado é a estrutura de base sobre o qual o ser humano se constitui como tal. Essa atitude humana deve ser considerada como ética mínima e universal para garantia do futuro comum. Tanto isso é verdade que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e a União Internacional para a Conservação da Natureza (Uicn), publicaram o ensaio *Cuidando do planeta Terra*, afirmando que a aplicação da ética do cuidado em nível internacional, nacional e individual, considerando que nenhuma nação é autossuficiente e chamando a atenção para o fato de que todos se beneficiarão da sustentabilidade mundial ou, caso, contrário, todos serão ameaçados sem ela. (Boff, 2011, p. 39).

Ainda na mesma direção da reflexão de Morin, Boff aborda o tema da compreensão como uma das manifestações do cuidado para com a comunidade da vida. Destaca que é preciso conhecer, compreender tudo, para entrar em comunhão com a realidade. Cuidar com compreensão é “utilizar a ciência e a técnica sempre em consonância *com* essa comunidade e nunca *contra* ela ou sacrificando sua integridade e beleza” (Boff, 2011, p.41). Ver e tratar tudo ecologicamente, como expresso no texto da Carta da Terra: tratar todos os seres vivos com respeito e consideração. Nesse sentido, podemos vislumbrar uma aplicação da noção de compreensão até mais abrangente que a apresentada por Morin, vez que ela se presta mais às relações extra-humanas, isto é, envolve a relação ser humano-Terra.

Boff também aborda o aspecto da compaixão, atitude de compartilhar a paixão do outro e *com* o outro, sofrer *com* ele. Ela implica a atitude de desapego de todos os seres da comunidade da vida, no sentido de liberdade em relação a eles, e cuidado, no sentido de benevolência e responsabilidade, para com todos eles. “Aproximamo-nos dos seres para entrar em comunhão com eles, responsabilizar-nos pelo bem-estar deles e socorrê-los no sofrimento” (Boff, 2011, p. 43), não para espoliá-los. Em suma, a compaixão é capaz de nos fazer respeitar a comunidade da vida “em sua alteridade, conviver com ela como membro e cuidar dela e especialmente regenerar aqueles seres que sofrem ou estão sob ameaça de extinção” (Boff, 2011, p. 44). Destaca ainda que o amor é um dos elementos essenciais dessa ética do cuidado para com a comunidade da vida. É a maior força que existe no universo, nos seres vivos e nos humanos. É a expressão mais alta do cuidado. Orienta-se sempre pelo outro. Neste sentido, o outro significa uma pro-posta que pede uma res-posta com responsabilidade. Pontua Boff que

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

O *ethos* que ama funda um novo sentido de viver. Amar o outro, seja o ser humano, seja cada representante da comunidade de vida, é dar-lhe razão de existir. Não há razão para existir. O existir é pura gratuidade. Amar o outro é querer que ele exista porque o amor faz o outro importante. [...] O amor é fonte de valores. (Boff, 2011, p. 48).

É importante perceber que, nesse contexto, o outro é a Terra, o Universo. É o planeta, com tudo o nele há, que necessita ser amado e cuidado. Dessa forma, aponta Boff:

Hoje entendemos que a revolução do cuidado se faz imperativa. Como pertence à essência do humano, o cuidado pode servir de consenso mínimo sobre o qual se pode fundar uma ética planetária, ética compreensível por todos e praticável por todos. [...] Há que se cuidar com compreensão, compaixão e amor da Terra, entendida como Gaia, Magna Mater e a Pachamama de nossos indígenas para que ela possa assegurar sua vitalidade, integridade e beleza. Terra e humanidade, formamos uma única entidade. (Boff, 2011, p. 49-50).

Numa análise mais cosmológica, destaca os significativos momentos-estágios de geração do universo, da vida e do ser humano. São eles: o cósmico, o químico ou físico, o biológico – surgimento da vida como tal – e, por último, o antropológico – surgimento da vida humana. Destaca que neste imenso processo de geração e constante expansão e evolução natural há uma imbricada interdependência dos vários elementos que compõem o universo: “Tudo no universo é, pois, concriativo, coparticipativo, ligado e religado a tudo e a todos” (Boff, 2011, p. 63).

Frisa ainda que o ser humano surgiu quando 99,98% da Terra já estava constituído. Indica que ele é parte do universo em evolução, fruto e não causa do processo. O diferencial dele é que pode intervir intencionalmente na natureza. Contudo, isso não quer dizer que seja superior ou melhor que as demais espécies. A dinamicidade e a organicidade do todo em constante evolução mantém o equilíbrio do processo. Se esse equilíbrio é, de alguma forma, rompido, um ser começa a dominar outros, introduzindo a “vitimação dos seres e do sistema da vida” (Boff, 2011, p. 65). Frise-se, “é no nível humano que pode emergir a tragédia da opressão e da exclusão” (Boff, 2011, p. 65), é o que acontece com lógica hegemônica do capitalismo, por exemplo. Considerando-se os mecanismos de empobrecimento, tanto da espécie humana como de todo o planeta, gerados pelo capitalismo, gritam por socorro não só os pobres, mas também a terra, as águas, os ares, o planeta todo. Assim, pontua Boff, numa dinâmica de libertação, urge, primeiramente libertar a Terra por meio de um novo paradigma de relação com ela; em segundo lugar, garantir a continuidade da espécie humana; em terceiro, enfrentar o empobrecimento injusto das grandes maiorias da humanidade; em quarto,

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

salvar espécies em extinção; em quinto, garantir a qualidade de vida de toda a comunidade da vida. Nesse sentido, vale reproduzir a esplêndida conclusão de Boff:

Para encontrar uma alternativa ao sistema imperante criador de empobrecimento dos seres humanos e da Terra, por isso, homicida, biocida, ecocida e eventualmente geocida, devemos inspirar-nos na visão da cosmologia contemporânea. Ela é holística, confere centralidade à cooperação e à solidariedade, como a lei básica de todas as coisas e do inteiro universo, reforça os relacionamentos inclusivos por causa da interdependência de todos com todos, respeita a relativa autonomia de todos e de cada um dos seres face aos quais cabe reverência e acolhida, incorpora a espiritualidade porque todos os seres e o universo são portadores de informação, subjetividade e propósito. (Boff, 2011, p. 69)

Pontua o autor que as armas nucleares e sistemática agressão ecológica ao sistema-Terra são duas máquinas mortíferas da biosfera. É preciso mudar a ótica e conseqüentemente a ética e os rumos. Portanto, urge o desenvolvimento de uma nova visão cosmológica a partir de uma ótica ecológica, ou seja, uma bioótica, para se afirmar, desenvolver e praticar uma bioética suficientemente capaz de salvaguardar a natureza e toda sua biodiversidade.

Por fim, a compreensão do ser humano como humano-Terra, filho da Terra e, portanto, intrínseca e essencialmente ligado a ela – princípio generativo – faz resultar “a consciência de profunda unidade e identificação com a Terra e com sua imensa diversidade” (Boff, 2011, p. 76). O grande equívoco do racionalismo moderno foi ter esquecido, rompido, esta profunda união com Terra, Mãe. Sentir-se Terra é comungar com a complexa comunidade de outros filhos e filhas da Terra. Somente ao refazer esta experiência fundamental de profunda comunhão com a Terra, o ser humano poderá recuperar sua identidade radical de primeiramente *ser vivo*, como os demais, e também humano, o que não o autoriza a sobrepor-se ao demais e ao próprio universo, mas o carrega de maior responsabilidade para com tudo e com todos.

## **5 A ERA DO CONSENSO: UMA BASE ECONÔMICA COMO ELEMENTO IMPORTANTE PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ETHOS MUNDIAL**

Esta tese, apesar não poder desenvolvê-la neste trabalho, em função do tempo, serve como pretexto para se pensar um viés economicamente viável para um consenso em torno de uma sociedade mundial pautada pelos valores da Justiça, solidariedade, igualdade e democracia, que podem ter repercussões importantes no contexto da questão ambiental mundial.

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

George Monbiot (2004, p. 14) apresenta, em meio às suas pertinentes críticas sócio-político-econômicas, algumas propostas para uma sociedade mundial: a) a criação de um parlamento mundial eleito democraticamente; b) a criação de uma Assembleia Geral das Nações Unidas democratizada, capaz de absorver os poderes do Conselho de Segurança da ONU; c) criação de uma Câmara de compensação internacional; e d) a criação de uma Organização do Comércio Justo, que possa coibir os ricos e emancipar os pobres.

Nos limites deste trabalho fez-se opção em abordar apenas a primeira proposta, levando em consideração o seu cunho político-jurídico, o que se relaciona mais diretamente com o conteúdo deste trabalho: uma abordagem global a respeito de direitos humanos, inclusive ao meio ambiente equilibrado e saudável, bem como a busca por novos paradigmas sócio jurídicos, culturais e comportamentais. As demais propostas são muito interessantes e merecem uma leitura atenta da obra de Monbiot. Aliás toda a obra merece uma leitura atenta e perscrutadora, pois apresenta uma visão bastante crítica e propositiva para o contexto mundial atual. No entanto, por apresentarem cunho mais econômico deixaremos para aprofundar numa outra oportunidade acadêmica.

Na concepção de Monbiot (2004), um parlamento mundial pode proporcionar, pelo menos em teoria, três recursos democráticos ainda desconhecidos, por ser: a) um fórum que tem peso e merece reconhecimento como espaço de discussão de ideias, o diálogo; b) um sistema que pode obrigar os poderes globais e internacionais a prestar contas do que fazem; c) uma fusão acelerada dos interesses humanos impulsionando na direção de uma transformação das formas de pensamento sociocultural, uma busca de novo paradigma, o que o autor chama de “mutação metafísica”. Nesse sentido, é uma assembleia global dos povos com potencial revolucionário.

Segundo o autor, o Parlamento Mundial funcionaria com eleitorados regionais, englobando diversas nações, ultrapassando fronteiras. Um dos fatores de sucesso do Parlamento é que seus membros poderiam ser livres de qualquer vínculo com os governos dos países dos quais se originam. É certo, entretanto, que tal proposta, um tanto ousada, não deixará de enfrentar obstáculos, a começar pelos próprios governos atualmente constituídos, pois “uma escala de esperança seria criada e nada ameaça tanto a tirania quanto a esperança” (Monbiot, 2004, p. 102). Destaca o autor em estudo que o organismo proposto seria dotado de legitimidade, algo que nenhuma outra instituição global ou internacional tem. Esta instituição levaria as instituições a prestarem contas de seus atos, o que seria um enorme ganho para a democracia em sentido mundial, uma vez que “poderia atuar como um intermediário honesto,

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

na condição de uma entidade não perturbada pela competição entre países” (Monbiot, 2004, p. 111).

Destaca ainda, na esteira da visão de que toda espécie humana provém de um tronco comum, que “muitos indivíduos estão começando a descobrir que os outros membros da espécie humana têm em geral as mesmas necessidades e reações, as quais, por sua vez, diferem em alguns aspectos daquelas de outras espécies animais. O sentimento de identidade dos seres humanos – o que Alfred Tennyson chamou de o Parlamento do Homem – é preestabelecido”. Neste sentido, Monbiot afirma que “nosso parlamento tem o potencial de estabelecer o senso de um destino comum, de dar início a um processo de catálise que fomenta a mutação metafísica” (Monbiot, 2004, p. 120), ou seja, mutação de formas de pensamento, cultura, enfim de paradigma. No entanto, há um sério problema que se impõe, um verdadeiro conflito: o choque entre o universalismo dos interesses humanos, podemos ter direitos humanos, e a diversidade das culturas humanas. É o já conhecido conflito apontado por Flávia Piovesan (2006) entre universalismo e relativismo, cuja proposta de solução parece ser o “universalismo de confluência” proposta por Joaquim Herrera Flores *apud* Piovesan (2006). Monbiot, de forma simples, apresenta uma ideia para o problema, no sentido de haver na sua proposta “uma força compensatória que reside na extraordinária possibilidade de fomentar oportunidades para a expressão de pontos de vista” (Monbiot, 2004, p. 122), o que não se apresenta possível na atual conjuntura. Conclui o autor: “no momento, o poder coercivo da globalização econômica é muito superior ao poder moral da globalização política. Um resultado paradoxal da Era do Consenso é que iríamos cultivar uma consciência universal do direito de ser diferente” (Monbiot, 2004, p. 123).

Assim, a despeito de ser uma proposta mais voltada para o aspecto político, não se pode negar, na esteira do que também propôs o Papa Francisco, como visto *supra*, o consenso em âmbito mundial, apesar da imensa dificuldade de se construí-lo, surge como um caminho importante de se percorrer na seara do direito internacional ambiental, no intuito de se buscar efetivas proteção e preservação da vida e enfrentar as mazelas das degradações humanas e ambientais.

## 6 CONCLUSÃO

A partir da análise do paradigma da razão instrumental moderna, restaram evidentes duas constatações: a) a grande crise civilizacional e ambiental, engendrada por um paradigma pautado por uma visão fechada e fragmentada do ser humano, considerado ser racional,

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

superior às outras formas de vida, como elemento extrínseco ao universo generativo de toda e qualquer forma de vida. Essa visão legitimou ao ser humano o tipo de intervenção nociva no planeta, bem como a vasta gama de ameaças e violações aos direitos; b) a esperança e a possibilidade de uma revolução paradigmática, com a introdução de um novo modo de ser, ver e agir em relação ao universo, considerando uma visão de ser humano-Terra, portanto, intrinsecamente ligado ao universo, porque consciente de ser gerado por ele. Essa visão permite perceber o ser humano integrado ao universo generativo, fazendo a experiência da consciência de sua radicalidade e identidade fundamental: ser organicamente integrado à Terra-mãe. Nesse ponto, evidencia-se uma visão integral e integralizadora do mundo e de todas as formas de relação e comunicação existentes entre os seres, sejam eles animados ou inanimados, entre estes e o universo, dos seres humano entre si, considerando os aspectos social, cultural, econômico e espiritual, bem como entre estes e a comunidade biótica como um todo, envolvendo as demais espécies.

Ficou clara a necessidade de um despertar efetivo da consciência para a preservação do universo, do meio ambiente e, conseqüentemente, da vida como um todo, começando por construir uma eco-antropologia ambiental em que o ser humano seja pensado como integrado ao universo generativo, o que pode possibilitar o crescimento de uma visão de responsabilidade e solidariedade, tanto no que se refere às gerações presentes quanto às futuras, tendo em vista que, numa perspectiva de solidariedade e justiça intergeracional, todas possuem o direito de viver com qualidade de vida, o que somente é possível mediante a preservação dos recursos naturais e de todas as formas de vida. A humanidade necessita empreender um esforço coletivo para a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis com base numa nova compreensão do ser humano a partir de uma nova cosmologia e de uma nova antropologia. Assim, é fundamental repensar a cosmovisão herdada da modernidade científica. Há que se buscar novas compreensões filosóficas, científicas, antropológicas, culturais e econômicas capazes de proporcionar a integração dos seres humanos entre si e destes com a natureza, superando-se a predominância da chamada razão instrumental utilitarista, com viés individualista.

Foi possível constatar que a qualidade de uma relação ético-biótica somente é possível a partir da mudança de ótica em relação à natureza e aos demais seres e espécies de vida do planeta. De ver-se, assim, que resta inexorável uma atenção especial ao tipo de relação estabelecida com o meio ambiente, uma vez que o planeta tem demonstrado sinais de exaustão devido à forma de intervenção nele realizada. Inaceitável se mostra a manutenção da

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

forma degradante de exploração da natureza e seus recursos, sob pena de extinção tanto dela e, conseqüentemente, da vida *do e no* planeta.

O caminho a ser seguido passa por uma necessária revisão de postura, comportamentos, técnicas e cultura, portanto, por uma verdadeira e profunda mudança de paradigma, ou seja, de ordem cultural, o que passa primeiramente pelo processo de se repensar a educação, buscando-se retomar valores contidos no bojo dos princípios estruturantes do Direito Ambiental: a ética, a moral, o respeito a todos os seres e formas de vida, a responsabilidade, a solidariedade, a fraternidade, a liberdade, a igualdade e a justiça.

O cultivo desses valores tem potencial para informar qualitativamente toda e qualquer forma de desenvolvimento para além do crescimento econômico, possibilitando engendrar uma vasta agenda social, política, cultural e socioambiental, podendo levar à superação do reducionismo econômico que compreende o desenvolvimento meramente como crescimento, desconsiderando a dignidade humana e dos demais seres.

A noção de cuidado apresenta-se como elemento fundamental de uma ética planetária mínima, uma vez que em seu bojo carrega valores essenciais como a compreensão, a compaixão, o amor, a tolerância, a comunhão, todos portadores de potencial constitutivo para uma nova postura ética socioambiental. Ainda não se sabe bem *o que* nem *como* buscar e elaborar, mas importa buscar e descobrir o elo entre todos os tipos de vida e de relações que podem curar o planeta, resguardar a vida e garantir a existência de uma exuberante natureza, Terra-Mãe, *Gaia*, *Pachamama*. Para isso, fundamental é o papel das academias de ensino superior, especialmente de Direito, bem como das instâncias jurídico-internacionais, vez que esses são os espaços privilegiados de construção do conhecimento, do saber jurídico, portanto da cultura jurídica e da transformação do quadro caótico que ora se apresenta no contexto das relações humanas e ambientais. A educação, com seu potencial transformador, se mostra como lugar privilegiado para a qualificação e o aprimoramento das relações humanas de do ser humano com a natureza, procurando estimular a sensibilidade humano-ambiental e um comportamento social, econômico e cultural, capaz gerar consciência ecológica forte o bastante para proporcionar padrões de vida, produção e consumo sustentáveis em vista do bem-viver presente e das futuras gerações.

As descobertas científicas têm mudado nossa História, levando-nos a pensar a possibilidade de uma nova ordem mundial baseada numa ecologia integral, cujo elemento fundamental é o cuidado e que desafia à busca de consenso em torno de políticas viáveis social, econômica e ambientalmente. Na tentativa de resposta qualificada aos problemas de

O VISLUMBRAR DE UM NOVO PARADIGMA E DE NOVOS MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RELAÇÃO COM A VIDA E O PLANETA: A  
NECESSIDADE DE UMA VISÃO ALTERNATIVA

ordem socioambiental, respondendo a demandas de adaptação ao ambiente em que se encontravam e às necessidades de sobrevivência, se descortina a busca de nova racionalidade ambiental, cuja característica fundamental é a complexidade no sentido de compreender dialogicamente as mais diversas realidades, problemas e soluções, numa dinâmica de intercâmbio epistemológico-ambiental. Deve-se urgentemente buscar, por meio do reconhecimento e prática de uma bioética biótica, uma nova ordem eco-cosmopolita num viés de democracia mundial efetivamente capaz de concretizar os princípios fundamentais da dignidade humana, da igualdade, da liberdade e da solidariedade, salvaguardando a vida, em todos os seus aspectos *do* e *no* planeta.

## REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. *Ética e Ecoespiritualidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra*. 17. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOFF, Leonardo. *Ethos Mundial – um consenso mínimo entre os humanos*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BRASIL. *Constituição da República*. Brasília: Senado Federal. Centro Gráfico. 1998.

CAPRA, F. Laudato Si' - A ética ecológica e o pensamento sistêmico do Papa Francisco. *Ecolinguística: Revista Brasileira De Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, 6(2), 05–17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/32662> Acesso em: 22 dez. 2021.

DRAWIN, Carlos Roberto. As seduções de Odisseu: paradigmas da subjetividade no pensamento moderno. In: *Cultura da Ilusão*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998, p. 9-36.

LEFF, Enrique. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, Enrique (Coord.). *A complexidade ambiental*. Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. 2. ed. rev., São Paulo: Cortez; Brasília, DF, UNESCO, 2011.

PAPA FRANCISCO. *Laudato Si'*: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos: desafios da ordem internacional contemporânea. In: PIOVESAN, Flávia (org.). *Direitos Humanos*. Vol. 1, 1. ed., 2006, 3ª reimpressão, 2010.